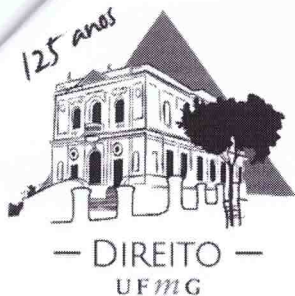




Faculdade de Direito da UFMG

ATA ENTREVISTAS DE SELEÇÃO EDITAL RESIDÊNCIA PÓS-DOCTORAL – EDITAL 003/2017

No dia 8 de fevereiro de 2018, às 09:15 horas, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG, a banca do Processo Seletivo para Residência Pós-Doutoral no referido Programa, composta pelos Professores Adriana Sena Goulart Orsini (Presidente), Emilio Peluso Neder Meyer, Bernardo Gonçalves e Marcelo Galuppo, declarou abertos os trabalhos. Foram convocados os candidatos do processo seletivo. A banca concedeu cinco minutos para cada candidato apresentar seu projeto e cinco minutos para questões da banca. O candidato Ernane Salles da Costa Júnior esteve presente e apresentou sua proposta: tratou da relação do tempo com a constituição a partir da influência das jornadas de junho de 2013; o tema já teria sido contemplado no Mestrado e no Doutorado; teria havido um progressivo discurso desqualificador da política nacional; teria havido uma ênfase excessiva no fracasso da tradição política, levando a um surto de impaciência; as propostas de reforma de Temer estariam inseridas nessa lógica; a proposta visa estudar a Emenda Constitucional 92 de congelamento dos gastos públicos; a EC se justificaria em uma suposta ingovernabilidade; seria necessário, da parte de quem justifica a EC, um rompimento; a hipótese é que haveria uma hipertrofia da expectativa, delimitando o campo de ação política e impedindo planos de governo dissidentes, sendo desconstituinte e excluindo o caráter inclusivo da Constituição de 1988. A Professora Adriana arguiu sobre a disponibilidade e a inserção da proposta no PPGD. O candidato salientou que visava desenvolver uma pesquisa anterior, seguindo também o objeto de interesse do Professor Marcelo Cattoni, como também o Professor David Gomes. O PPGD seria, assim, o melhor lugar para trabalhar o tema. O candidato diminuiria sua carga horária na Faculdade Promove, dedicando-se ao Pós-Doutorado. A Profa. Adriana destacou trecho que parecia ser importante, enfatizando também poder haver financiamento exterior em rupturas institucionais no Brasil. O candidato esclareceu que já havia levantado a questão anteriormente. Essa seria uma forma de “encurtamento” da experiência, nos termos propostos por Koselleck; diante disso, a única saída pareceria ser a chamada “modernização autoritária”. O candidato esclareceu que se candidata a uma vaga sem bolsa. A candidata Ludmila Mara Monteiro de Oliveira esteve presente. Esclareceu que defendeu seu doutorado no ano passado. Buscou esclarecer que o projeto visava empreender uma perspectiva mais crítica ao Direito Tributário. Ela salientou que a vedação constitucional ao confisco é tema ainda pouco pesquisado. O projeto perguntaria pelos limites do não confisco em termos de justificativa normativa. O direito de punir seria um ponto importante também, sendo necessário avaliar criticamente a jurisprudência do STF a respeito. A tese proposta pelo Min. Barroso seria também questionada. Saber também se o parâmetro da obrigação principal seria adequado, além de trabalhar a obrigação da multa em outras perspectivas. A Prof. Adriana perguntou a respeito de como levar adiante o projeto. A candidata esclareceu que é Professora Voluntária na FD/UFMG. A oferta de disciplinas optativas no curso de Ciências do Estado seria um objetivo. Além disso, no curso de Direito também haveria uma oferta de disciplina, bem como participação em disciplina do PPGD com o Professor Onofre. Ela esclareceu pesquisas prévias da relação entre direitos humanos e Direito Tributário, o que justificaria a propositura de mais uma disciplina no PPGD. Além disso, seria proposto um grupo de estudos na Graduação em Direito, nos termos da resolução CAPES do PNPd. Trabalhos oriundos do grupo poderiam ser organizados como coletânea do PPGD. Intercâmbios anteriores geraram contatos importantes que podem ser explorados no futuro. A candidata esclareceu que sua candidatura é sem bolsa. Em seguida, a candidata Margareth de



Faculdade de Direito da UFMG

Abreu Rosa esteve presente. Ela esclareceu que sua candidatura é sem bolsa. De início, expôs que buscava trabalhar com uma vertente da História do Direito, especificamente a história cultural. Ela visa privilegiar o período colonial do século XVIII, com destaque para o estudo dos autos de devassa. A questão da seletividade penal seria objeto de discussão. Um levantamento a respeito da relação entre verdade e poder seria feito, analisando as teorias de Paul Ricœur e Michel Foucault. O poder eclesiástico seria uma vantagem para permitir a seletividade, atuando como privilégio. A sentença estabelecida não poderia ser cumprida pelo poder temporal. A análise da bibliografia de Antonio Hespanha seria também útil. A Profa. Adriana questionou os objetivos do projeto. A candidata esclareceu sua disponibilidade, alegando que leciona na Faculdade Promove, com tardes e noites disponíveis. Ela esclareceu que foi orientada pelo Prof. Sérgio. A produção advinda seria a de um artigo científico. Em seguida, compareceu o candidato Philippe Oliveira de Almeida. Ele esclareceu que se candidatou para a bolsa, mas que teria interesse em fazer o estágio sem bolsa, apenas com retificações no projeto. O projeto envolveria comunidades intencionais, no sentido proposto por Mangabeira Unger. No Brasil, elas se apresentariam como casos de experimentalismo democrático. Haveria uma primeira investigação empírica, seguida de uma fase especulativa. Trata-se de uma decorrência de sua tese de doutorado, com foco no Brasil contemporâneo e seus impactos na Filosofia do Estado. A proposta adviria também de diálogos com a UFSC e com instituições italianas. A Profa. Adriana questionou se já teria havido outro estágio pós-doutoral, e o candidato esclareceu que sim, que o estágio foi feito perante a UFSC, mas em um sentido mais voltado ao Direito Internacional. Haveria aderência à pesquisa da Profa. Karine Salgado; além disso, a existência de comunidades no sudeste o estimularia a retornar a Minas. O Prof. Galuppo questionou se ele daria aulas e o candidato esclareceu que no momento não. Na sequência, apresentou-se a candidata Renata Ghisleni de Oliveira, que esclareceu que sua candidatura é com bolsa, mas que em caso de não aprovação teria interesse no estágio voluntário. Esclareceu que é psicóloga mas que trabalha com a interface com o Direito desde a Graduação. É formada pela UFRGS e fez seu doutorado na PUC/SP. Sua intenção é focar na questão do ensino e da formação transversal. Esclareceu que há projetos no DAJ e na Clínica de Direitos Humanos, além do Diverso. Seus operadores conceituais vão na direção de uma psicologia social crítica. Utiliza-se também a análise institucional francesa. A pesquisa é da modalidade pesquisa intervenção. Teóricos de metodologia crítica também integrariam a pesquisa. A Profa. Adriana questionou a opção pelo Direito. A candidata esclareceu que há ações mais interessantes de serem analisadas na Faculdade de Direito. O Prof. Galuppo questionou suas atividades atuais. A candidata esclareceu que reside em Nova Lima, tem percurso na docência, mas não está vinculada a nenhuma instituição de ensino. Participa de uma comissão no Conselho de Psicologia e de um grupo de estudos da Profa. Laura da Psicologia. A opção pelo Prof. Giordano deve-se ao seu interesse pelo Ensino. A candidata Tayara Talita Lemos foi a próxima candidata presente, esclarecendo que sua candidatura é sem bolsa. Ela esclareceu que seu projeto visa abordar o fenômeno do trabalhismo sob uma ótica diferente. A ideia é tentar superar uma leitura "populista" e uma leitura da crítica da história oficial que deixa de levar em consideração o papel dos trabalhadores. A intenção é adotar uma perspectiva das memórias subterrâneas que possa repensar a cidadania no Estado Novo. Etnografias operárias auxiliariam na pesquisa. O conceito de cidadania de Wanderley Guilherme de Santos, cidadania regulada, é parte da discussão. Seria necessário, contudo, resgatar a luta dos trabalhadores desde 1910, o nascimento do Partido Comunista e outras memórias subterrâneas. Influências positivistas e tenentistas não seriam suficientes. A chave



Faculdade de Direito da UFMG

interpretativa seria a teoria da constituição do Prof. Cattoni. Superar a ideologia da outorga. Desconstrução do roubo da fala. A Profa. Adriana perguntou a respeito da propositura de uma disciplina, o que a candidata esclareceu. Além disso, questionou a Profa. Adriana o que seria proposto perante a Graduação. A candidata esclareceu que isto seria tentado. Além disso, mencionou que é professora efetiva em Governador Valadares, na UFJF. O Prof. Emilio questionou a respeito da produção buscada. A candidata pensou em um artigo científico e eventuais outros artigos. O próximo candidato foi Denis Franco Silva. Ele esclareceu que sua candidatura para a bolsa; caso não aprovado, ele teria que verificar sua disponibilidade na instituição de origem, UFJF. O Prof. Bernardo questionou sua função e ele esclareceu que é Professor Associado em DE. O candidato começou a explicar seu projeto focado em inteligência artificial. Ele esclareceu que ela foi objeto de discussão em Davos, no ano passado, e é parte das preocupações da Casa Branca e da UE. Seu questionamento diz respeito a uma diferença dos entes de IA e o que uma pessoa faz. Sua decisões são a partir de operações sintáticas. Não é possível também equiparar aqueles entes a pessoas jurídicas. Exemplos de efeitos concretos do problema foram trazidos. A Profa. Adriana questionou a propositura da disciplina no PPGD em inglês com o Prof. Brunello, o que o candidato esclareceu como oportunidade de internacionalização. A intenção do candidato é também ofertar disciplinas na Graduação e um grupo de estudos. A Profa. Adriana discutiu o tema em relação ao Judiciário. O candidato esclareceu que já professores na casa trabalhando a temática, o que aproximaria os programas. Em seguida, começaram as entrevistas por Skype. A candidata Luz Amparo Llanos Villanueva esclareceu que sua candidatura é para a bolsa, mas que uma aprovação sem bolsa poderia lhe interessar. Ela esclareceu que seu projeto diz respeito a sua tese de doutorado no Chile, aprovada por unanimidade e para publicação. É uma investigação que precisa ser desenvolvida. Na academia não há trabalhos de investigação científica social sobre temas de segurança nacional e Direito Internacional. Falta uma análise das práticas das comissões de paz da ONU, que permitem uma segurança apenas em nível estatal. A pesquisa tem três fundamentos: dialoga interdisciplinarmente com outras áreas; está relacionada com a área de concentração; há experiência com outros níveis institucionais. Além disso, ela proporia uma clínica jurídica a respeito do tema para participação da sociedade civil. A Profa. Adriana questionou como fazer a clínica. A candidata esclareceu que será necessário um processo administrativo e que visa a uma linha específica de pesquisa envolvendo alunos e outros docentes, assim como outras clínicas. Para as disciplinas a propositura se relaciona a Direito Internacional, Sociologia, Relações Internacionais. Em seguida, o candidato Joan Ramos Toledano foi o arguido. Ele esclareceu que sem a bolsa não teria interesse em realizar o projeto. O candidato apresentou seu projeto: salientou que ele resulta do Doutorado, relacionando copyright e tecnologias, bem como propriedade privada. A questão era como relacionar a outras comunidades. Por exemplo, como comunidades indígenas ou aborígenes poderiam ter acesso a tais proteções jurídicas para questões culturais. Há um componente de antropologia na pesquisa. A Profa. Adriana questionou quais seriam os resultados da pesquisa. O candidato explicou que haveria um trabalho de campo, principalmente a partir da relação com o projeto Cidade e Alteridade. O objetivo final seria a redação de um informe de recomendações. O Prof. Galuppo questionou quais seriam as comunidades de pesquisa e o candidato esclareceu que se colocaria em contato com tais populações quando estivesse no Brasil. O próximo candidato, Emmerson Afonso da Costa Moura, esclareceu que seu interesse é sem bolsa, já que é professor da UFRR; como não conseguiria o afastamento imediato, seu pedido foi sem bolsa. Ele esclareceu que seu projeto discute reformas administrativas do Governo Temer que visariam maior eficiência.

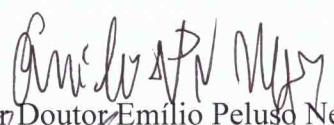


Faculdade de Direito da UFMG

Dentre tais medidas, há um decreto de governança de políticas públicas. Tal decreto tem uma série de conceitos jurídicos indeterminados. Sua ideia é confrontar em que medida a política de governança de fato promove mudanças na esfera federal. Faltaria uma análise da mudança da cultura administrativa. Há traços perniciosos de patrimonialismo que não são parte desse nova governança. O projeto foi dividido em ensino, pesquisa e extensão, sem contudo, oferta de disciplina no PPGD. A disponibilidade seria relativa, já que lecionaria penas dois dias na UFRR. A Profa. Adriana questionou seu regime e ele esclareceu que é 40 horas com DE. A banca deliberou por aprovar duas listas, uma relativa à bolsa e outra relativa às vagas sem bolsa. Os candidatos Emmerson Afonso da Costa Moura, Luz Amparo Llanos Villanueva e Joan Ramos Toledano foram desclassificados, tendo em vista não apresentarem proposta escrita de disciplina em conjunto com Professor do PPGD no ato da inscrição, nos termos do item 3, “i”, “iii”, c/c item 9, “b”, do Edital regente desse processo seletivo. Na sequência, foram apuradas pela banca as notas do barema, nos termos do item 9, “a”, do edital: Denis Franco Silva: 74,75; Philippe Oliveira de Almeida: 80,75; Renata Ghislene de Oliveira: 75,50; Ernane Salles da Costa Júnior: 82,25; Tayara Talita Lemos: 74,75; Ludmila Mara Monteiro de Oliveira: 80,25; Margareth de Abreu Rosa: 72,5. Em seguida, foram atribuídas as notas das entrevistas para os candidatos com bolsa: Denis Franco Silva: 100; Philippe Oliveira de Almeida: 80; Renata Ghislene de Oliveira: 70. A banca atribuiu as notas finais médias dos candidatos com bolsa: em primeiro lugar, Denis Franco Silva, com 87,37; em segundo lugar, Philippe Oliveira de Almeida: 80,37; em terceiro lugar, Renata Ghislene de Oliveira: 72,37. Na sequência, foram atribuídas as notas das entrevistas dos candidatos sem bolsa: Tayara Talita Lemos, 85; Ludmila Mara Monteiro de Oliveira: 85; Ernane Salles da Costa Júnior: 80; Margareth de Abreu Rosa: 75. Por fim, foram atribuídas as notas finais médias dos candidatos sem bolsa: em primeiro lugar, Ludmila Mara Monteiro de Oliveira: 82,62; em segundo lugar, Ernane Salles da Costa Júnior: 81,12; em terceiro lugar, Tayara Talita Lemos: 79,87; em quarto lugar, Margareth de Abreu Rosa: 73,75. Sem mais a deliberar, a banca encerrou os trabalhos.


Professora Doutora Adriana Goulart de Sena Orsini


Professor Doutor Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes


Professor Doutor Emilio Peluso Neder Meyer


Professor Doutor Marcelo Campos Galuppo